



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



SEDE DA CNI, BRASÍLIA, DF, 23 DE MARÇO DE 1999

Senhor Ministro Celso Lafer, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; Meu caro Senador e amigo, Fernando Bezerra, que preside esta Casa; da mesma maneira, meu companheiro Carlos Eduardo Moreira Ferreira, companheiro de São Paulo; não de partido ainda – o que ainda quer dizer que ele vem para cá, cuidado! Senhor coordenador empresarial deste Seminário, José de Freitas Mascarenhas; Senhores empresários; convidados; Senhores ilustres conferencistas estrangeiros que aqui se encontram; Senhoras e Senhores,

Eu é que tenho que agradecer a oportunidade de poder começar o meu dia de hoje, se é que é o começo agora, numa reunião desta natureza, na qual, fomos já brindados por esse discurso enxuto, direto e competente do nosso Senador Fernando Bezerra. Ele insiste em que me convida não só como Presidente da República, mas como intelectual, o que me dá mais liberdade de estar esta manhã, aqui, podendo conversar sobre um assunto dessa importância.

E mais, a citação que acabou de ser feita pelo David Lands me deixa cheio de alegria, porque sou freqüentemente acusado de ser

otimista, de ver as coisas de um ângulo róseo, quando devia ser mais pessimista. Mas tenho a contrapartida também do Vice-Presidente da República, que costuma dizer o seguinte: o otimista, às vezes, erra; o pessimista já começa errado. De modo que concordo inteiramente com a afirmação aqui feita. E queria, dito isso, falar, como já disse, com certa liberdade sobre os temas que estão aqui sendo postos à mesa pela Confederação Nacional da Indústria.

Não preciso dizer, Senhor Senador Fernando Bezerra, o quanto estou grato pelas suas palavras e pelo modo como se referiu a mim e à situação do Brasil neste momento. Creio que nós coincidimos no que foi dito por Vossa Excelência neste instante.

Todos sabem que, na virada de governo, era minha intenção dar maior empenho à questão do crescimento econômico, do desenvolvimento com estabilidade. Daí a criação do Ministério do Desenvolvimento, palavra agregada à indústria e comércio, e a sua atribuição às competentes mãos do Professor Celso Lafer que, além de ter a experiência industrial, tinha experiência daquilo que para nós, todos, é muito importante: a defesa da nossa indústria em Genebra, na OMC, na luta incessante que temos que travar para a busca de nichos de mercado e para uma presença mais ativa do Brasil nessa integração na economia global.

É evidente que estamos vivendo, agora, um momento de muitas transformações. O mundo quase sempre vive momentos de transformações. Nunca vejo momentos que não sejam de transformação. Mas, aparentemente, estamos tomando conhecimento, de forma mais generalizada, das grandes transformações que já ocorreram e que significam, basicamente, a internacionalização das cadeias produtivas e a afirmação de um novo paradigma tecnológico. E isso se dá num momento especial, em que, ao mesmo tempo, houve, e era natural que assim ocorresse, junto com esse processo, uma enorme transformação no sistema de financiamento mundial.

Tive a ventura de poder ler, recentemente, um trabalho publicado, não me lembro se foi uma publicação americana, em que se fazia uma síntese do pensamento de Lorde Keynes, a respeito exatamente

desses dramas que nos afligem, da globalização, do que fazer com os fluxos de capital, essa coisa toda. E é surpreendente. Os professores, que aqui se encontram, sabem que há um debate correndo o mundo, a respeito, enfim, das críticas às políticas chamadas ortodoxas, monetaristas, e uma espécie de tentativa de volta ao que alguns chamam de “neokeynesianismo”. Basta ler o debate de Lorde Keynes na formação daquela ordem mundial, em Bretton Woods, para verificar que não é necessário nenhum “neokeynesianismo”. Basta Keynes.

De maneira absolutamente brilhante e pertinente, a proposta então, em Bretton Woods, levada por Keynes, era que, diante do que ia acontecer no mundo, era preciso que houvesse uma espécie de Banco Central dos bancos centrais. Que houvesse uma espécie de emprestador de última instância, hoje e então combatido pelo risco do *moral hazard* – risco moral – que todos temem tanto. Temo outros riscos. Mas, de qualquer maneira, a visão já era muito clara, em Bretton Woods, de que o Fundo Monetário e o Banco Mundial, que se estava estabelecendo – na época que se propunha não existia, ainda, sequer, o Fundo Monetário Internacional – eram necessários, como o que o Presidente Clinton falou lá, recentemente: fundos de contingências. Ou seja, recursos à disposição de países que, no processo de integração à ordem mundial, tivessem alguma dificuldade, não apenas de balanço de pagamento, por um desequilíbrio momentâneo, mas dificuldade de qualquer ordem, no próprio sistema monetário. Essas idéias não foram aceitas, sobretudo pelo Departamento de Tesouro dos Estados Unidos.

Aqui o Ministro Delfim Netto, que tem mais experiência do que eu de lidar com o Departamento do Tesouro, sabe que é difícil, muitas vezes, convencê-lo de certas obviedades. Porque são obviedades para aqueles que estão do lado de cá do mundo, mas não são obviedades para os que estão no outro lado do mundo, e nem são do interesse dos que estão no outro lado do mundo. Então, há sempre a idéia de que, com essas integrações – como aqui acabamos de repetir – nós precisamos de isonomia, precisamos de condições de competitividade. Parecem ser tentativas de evitar o risco, tentativas de evitar

a necessidade da competição, quando na verdade não é isso. Trata-se, efetivamente, de situações estruturais diferentes no mundo.

Bem, nós estamos passando, agora, por um momento dessa natureza, em que, depois de termos avançado, enormemente, nos processos de integração produtiva, de cadeia de produção, novos paradigmas tecnológicos, uma multiplicação do comércio mundial e, junto com isso uma enorme expansão das formas de financiamento e as formas mesmo de fluidez dos capitais, há uma acomodação de todo esse sistema.

No caso específico do Brasil, essa acomodação nos pega num momento bastante delicado. É óbvio que hoje tudo muda com muita rapidez, inclusive a questão relativa à produtividade. Quando foi introduzida a industrialização, levavam-se setenta anos para baixar os preços no nível compatível, como, por exemplo, se baixa preço em sei lá, em certos circuitos de produção hoje em dia. Hoje, se pode baixar em três, quatro anos. É uma baixa imensa. Isso provoca uma transformação extremamente rápida de todos esses procedimentos. Então é natural que haja uma espécie de sensação, que nós todos temos, de concentração, de densidade histórica em algum momento.

Pois bem, nós aqui estamos em pleno processo – como disse o senador Fernando Bezerra – de adaptação do sistema produtivo brasileiro às novas condições de competição. Isso significa, evidentemente, as novas bases tecnológicas, a abertura da economia e o requerimento fundamental, também, aqui, enfatizado, que é o da estabilidade. Esse processo está em marcha, o custo dessa marcha, de alguma maneira, foi alcançado pelo outro processo, a que já me refiri aqui, das modificações globais do sistema de financiamento do mundo.

As crises mais recentes – a crise da Ásia, a crise da Rússia e, de certa forma, a do México anteriormente – de forma diferenciada, alcançaram vários países que estavam nessa fase de integração à economia internacional, nos novos modelos, nos novos paradigmas.

No nosso caso, a mim me corresponderam, depois que fui eleito Presidente da República, todas essas crises, porque, na verdade, em

dezembro de 94 aconteceu a crise do México. E, quando assumi o governo, em janeiro, tivemos que enfrentar, imediatamente, as consequências da crise do México e toda sorte dos desequilíbrios ocasionados por isso, numa tentativa de acertar o câmbio em fevereiro ou março de 95, com taxas de juros elevadas e dificuldades para a estabilização.

A estabilização é indispensável, produz uma série de efeitos e alguns são efeitos dolorosos. No nosso caso, já em 95, sentimos os efeitos doídos, no sistema financeiro, no sistema bancário. E tivemos que enfrentar a crise bancária, nos antecipamos aos japoneses que, até hoje, estão tateando sem saber como resolver os bancos deles. Nós fizemos o nosso Proer, que permitiu o saneamento do sistema financeiro, com taxas de juros se acomodando, e as taxas de crescimento começaram outra vez a aparecer. Em outubro de 97, veio a crise da Ásia e, outra vez, fomos alcançados pelos seus efeitos. Estes nos levaram de novo à elevação de taxas de juros, a políticas defensivas, para verificar se seria possível superar as consequências negativas, momentâneas, por certo, sem perder o rumo, e o rumo é a estabilidade, é a aceitação desse novo paradigma de competição, de desenvolvimento tecnológico, de elevação da condição de treinamento, de capacitação da mão-de-obra. Pois bem, em 97 houve reação muito forte de nossa parte. Em 98, com a crise da Rússia, novamente, as mesmas dificuldades, os mesmos desafios se colocam à economia brasileira.

Aqui cabe uma discussão, que não vou travar, até porque, embora o convite seja para o intelectual, sou Presidente da República, mas diz respeito a por que agora, não antes, por que se fez, não se fez, o sistema de câmbio, isso e aquilo. Vou apenas dizer algo que me parece relevante para a questão de discutir o nosso futuro. É que a idéia fixa, minha e do governo, sempre foi a de que sem que se conseguisse a estabilidade não iríamos ter condições de levantar, no país, as energias necessárias para uma integração competitiva. E que sem essa integração competitiva, se não houvesse a possibilidade desse desafio da competição, isso não seria possível. Essa competição implica a abertura da economia também, pois nós não teríamos condições de absorver, com a rapidez necessária, o novo paradigma tecnológico.

Então, a idéia de provocar as condições para a estabilidade, ainda que ela tivesse um custo, foi a dominante. Depois, havia a seguinte questão: esse custo, ou melhor, a condição colocada para manutenção dessa estabilidade, não significava negar a necessidade de certos ajustes, ou seja, a questão famosa da valorização do real. A questão que se colocava era fazermos um *soft landing* ou não. A tentativa foi de fazer um *soft landing*, ou seja, no decorrer do tempo, que fosse possível ir ajustando as condições da política monetária, de tal maneira que ela fosse dando condições crescentes para que o setor produtivo pudesse, com a baixa da taxa de juros decorrente desse ajustamento, se acertar.

Tem razão, Senador Bezerra, como isso foi lento. O preço a ser pago foi alto por parte de certos setores de produção. Não foi alto do ponto de vista – foi alto também, mas foi menos alto do ponto de vista das camadas mais pobres da população. Por quê? Porque os ganhos da estabilização são muito diretos sobre a renda. E, portanto, sobre o bem-estar da população. Há sempre um *trade-off*, uma balança. Vai-se, digamos, ver quem é que vai pagar um preço maior ou menor das políticas que estão sendo adotadas.

A prova de que o custo não foi mais alto do ponto de vista das camadas mais pobres é que fui eleito e reeleito. Essa é a prova evidente disso, porque o povo não elege alguém porque é a favor de Paul Krugman ou contra Paul Krugman, porque é a favor de Keynes ou contra Keynes. Quer saber se é a favor do estômago ou contra o estômago. Se é a favor do trabalho ou contra o trabalho. É óbvio. São coisas muito concretas que movem o comportamento das grandes massas da população. Então houve um certo *trade-off* nessa matéria.

A persistência nessa política, as condições de persistência começaram a desaparecer quando houve a crise da Rússia, porque ela produziu um impacto muito grande sobre a oferta de recursos financeiros no mundo. Houve um encolhimento desses recursos. E, evidentemente, a possibilidade de *soft landing* decorria da existência de capitais que financiassem os *gaps* provocados pela política de valorização da moeda.

Na medida em que desaparecem essas condições objetivas, é claro que o governo tem que tomar outras direções. De vez em quando, vejo discussões nos jornais sobre se teria havido influência de comportamentos eleitorais na tomada de decisões. Ledo engano. Havia convicção, sobretudo por parte dos que dirigem a economia, de que era necessário persistir. No momento em que o Presidente da República se convence de que não há mais as condições objetivas persistindo, ele muda. Qualquer que seja o custo.

Em setembro – antes das eleições – avisei ao País que viriam tempos bicudos, de dureza. E, logo no início de outubro, anunciei esses tempos. E os acordos com o Fundo Monetário foram depois das eleições. Foram em novembro. Logo, não há um encadeamento lógico entre imaginar que houve motivação política para tal ou qual decisão. O que houve foi motivação de manutenção de uma política de estabilização e de discussões a respeito de quais são os limites em que essa política pode ser mantida, e aí sim. E a responsabilidade é do Presidente em dizer: “Bom, não dá mais. Porque não dá. O pressuposto da existência de capitais abundantes desapareceu”.

Mas disse bem, outra vez, o Senador Bezerra, que essas mudanças ocorrem como parte de um processo de adaptação do sistema produtivo brasileiro às novas condições mundiais de produção. Não significa uma interrupção desse processo. Significa simplesmente um sacolejão, mas nós temos a responsabilidade de continuar mantendo o rumo. E o rumo, claramente, não pode deixar de ser a busca permanente de uma política de estabilidade – portanto, de combate à inflação – e a criação de condições de aumento da produtividade e de crescimento da economia.

E, aqui, as discussões podem existir, do ponto de vista abstrato, a respeito do papel do setor secundário, ou seja, da indústria, e com respeito ao setor de serviços, agricultura, o peso relativo vai diminuindo. Há muitos anos, fiz um trabalho, conversei muito com um grande amigo meu, o Professor Albert Hirschman, a respeito dessa matéria, que era a questão relativa à estrutura do sistema produtivo na América Latina, comparado com a Europa e com os Estados Uni-

dos. O fato era que, obviamente, a oferta de trabalho no setor secundário industrial, naquela época – isso foi nos anos 60 – na América Latina era muito elevada. Haveria uma diminuição. Na Europa, ainda era muito elevado.

Em termos relativos, certamente o setor de serviços daria mais ofertas de empregos do que o setor industrial. Mas isso não pode significar nunca que o setor industrial deixe de ter um papel fundamental no processo de transformação do sistema econômico. Até porque a agricultura, que no Brasil ainda ocupa bastante gente e é um setor muito importante, crescentemente é *agrobusiness*, crescentemente a cadeia produtiva engloba o setor industrial. E as idéias dos anos 70, tão discutidas, sobretudo por nós, sociólogos, sobre as sociedades pós-industriais, são um pouco simplificadoras. As sociedades não são pós-industriais, continuam sendo industriais. Muda tudo. A indústria muda também, mas o setor industrial continua tendo um papel vital nisso.

Uma outra pessoa que prezo muito, antigo amigo meu, que é professor hoje em Berkeley, Manuel Castells, tem alguns livros interessantes sobre essa questão, que ele chama de sociedades informatizadas, da informática, informacionais, não sei que nome se dá a isso. Mas o fato é que, efetivamente, também aí houve a nova revolução, na questão do sistema de informações, e o que está acontecendo é um entrosamento crescente entre indústria, serviços e agricultura. E nesse entrosamento crescente é óbvio que não tem sentido a discussão: vai desaparecer a agricultura, vai desaparecer a indústria, vai ser tudo serviço. Não vai ser assim, não.

Agora, o que vai ser? Ah, é um paradigma tecnológico. É outro e afeta tudo. Afeta a agricultura, afeta a indústria, afeta os serviços, afeta, portanto, as possibilidades de integração de cada membro da sociedade à produção, porque vai depender, crescentemente, da formação e da capacitação. Vai depender da absorção de elementos de conhecimento, de elementos tecnológicos para que nós possamos avançar. Daí que seja central, em qualquer país, como é o caso do Brasil, que se esteja nesse processo de integração ao sistema produtivo internacional – não há outro caminho.

Qual é o outro caminho? Às vezes, as discussões me parecem tão metafísicas. Qual é o outro caminho? Nós vamos virar. Como Presidente, não posso me referir concretamente a nenhum país para dizer qual é o exemplo do atraso. Mas vamos nos concentrar no Brasil, nos desligar das conexões mundiais para ficarmos fechados e cada vez mais atrasados, quando aqueles que estavam fechados estão se abrindo? Vejam a China. Cuba não se abre porque os Estados Unidos não deixam. Só por isso, porque os cubanos estão loucos para abrir. E vamos procurar nos fechar? Seria insensato, completamente. Agora, vamos nos abrir sem nos capacitar? Seria outra insensatez, porque seria, realmente, participar da divisão internacional do trabalho de uma forma muito desigual. E as vantagens comparativas são mutáveis no tempo. O que foi vantagem comparativa no passado, que é terra abundante e mão-de-obra abundante, deixa de ser.

Então, nem esse recurso se tem. O único recurso que se tem para uma integração competitiva competente é aumentar a capacidade tecnológica, a formação de pessoal, educação, treinamento, etc. Então, não cabe dúvida, aqui nessas modificações todas. O Brasil vai continuar tendo que assumir as suas responsabilidades internas. E, aí, não adianta imaginar que vai ter um Banco Central dos Bancos Centrais, que vai ter oferta ou não de tais ou quais capitais.

Tudo isso é muito importante, mas não nos exime da responsabilidade de fazermos, aqui dentro, o que nós temos que fazer. Então, se bem é verdade o que eu disse, como disse, que tudo está condicionado por fluxos que são internacionais, que, de repente, num dia de céu azul, como se diz num ditado em alemão, vem um raio e te quebra a cabeça. A nossa cabeça quebrou tantas vezes que não vamos nos preocupar, porque estamos com um pedaço de platina que resiste bastante.

Então, temos é que resistir a isso, mas temos que tomar as medidas necessárias, aqui dentro, para que continuemos avançando. E, de novo, aqui, a agenda está posta, no Brasil, com toda a clareza e com toda a tranquilidade.

Recentemente, dei algumas entrevistas e algumas delas foram interpretadas de maneira, a meu ver, um pouco precipitada, sobre essa

matéria. Por quê? Qual é o pensamento meu e do governo? O pensamento é que temos que seguir adiante com a agenda das reformas. Já fizemos muitas modificações no Brasil. Infelizmente, as modificações para ser feitas, essas que dizem respeito à adaptação da nossa sociedade – não é a da economia – da nossa sociedade ao desafio desse novo mundo, são quase todas amarradas por algum dispositivo constitucional. Isso é algo que, sobretudo para o público estrangeiro, é muito difícil de entender, que aqui para mudar o imposto eu tenha que mudar a Constituição. É uma coisa, realmente, complexa de ser entendida, e não posso nem me queixar porque fui co-autor da Constituição. Mas é assim.

Então, isso requer, por um lado, uma construção política permanente. Acabei de brincar com meu querido amigo, Vice-Presidente da Federação, porque é de um partido diferente do meu, mas somos da mesma base. E aqui, basta olhar para o Ministro Delfim Netto – a quem já citei – é, também, supõe-se, da base. E é de outro partido. Bom, e por aí vai. E o ex-Ministro Kandir é do meu partido.

Bom, então isso mostra que nós temos que ter uma arquitetura política que não pode ser vista de um ângulo sectário. A sociedade comprehende mal. Os malabarismos do nosso presidencialismo, que alguns chamam de imperial – agora já se esqueceram de acusar de imperial, porque dizem que eu estou fraco – são mesmo imperiais. Esse malabarismo que tem que ser feito, não é feito pelo pendor pessoal do Presidente da República. É feito pela necessidade do sistema político, da obtenção de maioria, que assegure a condição das transformações de matérias que requerem três quintos do Congresso. E são matérias, até, algumas corriqueiras, que em qualquer país do mundo, passam com maioria simples. Meu Deus, maioria simples aqui é tão simples! O difícil é a maioria qualificada de três quintos.

Então, essas reformas todas passam necessariamente por essa questão política. Não há como escapar dela. E, quando me refiro à necessidade de aperfeiçoarmos o nosso sistema de partidos, é porque isso facilita o avanço das reformas. Não é em lugar de. Como eu também sou realista, sei que não adianta pedir. Em matéria de refor-

ma política, é pedir que todos os desejos de uma boa democracia se concretizem de um momento para o outro, porque nós temos uma história, uma tradição.

Essa história e essa tradição são muito curiosas. Os que são estrangeiros, os que aqui nos dão a honra da presença, terão alguma dificuldade em entender que o Brasil é um país que tem um Parlamento que funciona há muito tempo, desde 1823. Um Parlamento que foi instituído pelo filho do Rei de Portugal, quando resolveu ser Imperador do Brasil. E que sendo, em certos aspectos, despótico, era um liberal. Foi para Portugal, derrubou o irmão, porque ele era liberal e o irmão, conservador. E aqui ele fechou a Assembléia. Ele abriu a Assembléia e depois a fechou porque ela contrariou a vontade imperial. A partir daí, qualquer Presidente que invente fechar o Congresso deve se lembrar dessa história e não fechar, porque não dá certo.

E o Congresso, apesar disso, desde essa época, funcionou quase ininterruptamente. Terá sido fechado, quando dos golpes, por uns dez anos. Se somarmos todos os anos de funcionamento do Congresso, desde 1823 até hoje, são quase duzentos anos, cento e setenta e tantos anos. Quer dizer, temos uma longa história de Parlamento, uma longa tradição. O Parlamento é forte. O Congresso brasileiro é forte. E os partidos não são tão fortes quanto o Congresso. A tradição partidária não é enraizada nas práticas tradicionais, nos regimes democráticos, em partidos que têm uma base na sociedade, que têm uma certa transparência nas suas decisões, que têm uma ligação que compele o representante a votar de acordo com o partido. Então é um paradoxo difícil de ser entendido, mas é verdadeiro.

O sistema partidário precisa de melhoria, porque o Parlamento é forte. E é muito bom que ele seja forte. E obriga sempre a um diálogo entre o Executivo e o Legislativo, sempre obriga a esse diálogo e não adianta eu imaginar uma reforma de um certo tipo, porque ela vai sair de outro. Vou lutar pelo que acho correto, mas os outros também vão lutar. E vai acontecer aí uma resultante, que é democrática, que vai espelhar diferenças que existem na realidade brasileira, de interesses, de visão do mundo.